

O CICLO BÁSICO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Eurico Back

1. Introdução

Convidado a falar sobre a experiência da UFPr na implantação do ciclo básico, sinto-me embaraçado; pois, a nossa Universidade jamais o implantou e tende a se distanciar cada vez mais de tal idéia.

A nossa Universidade foi a última a entrar na reforma; mas não por livre vontade. A reforma foi implantada repentinamente e se instalou a confusão cujos reflexos perduraram alguns anos. Algumas das más consequências estão sendo eliminadas agora, gradativamente.

O Estatuto e o Regimento Geral são de 1974 (Estatuto, artigos 9º, 11, 12, 42 e 45; Regimento Geral, artigos 45, 47, 48 e 81): estabeleceram o ciclo básico e o sistema de créditos, assuntos que ficaram apenas no papel.

Reza o Art. 42, item I, do Estatuto:

... "I — O primeiro ciclo geral, comum a todos os cursos ou a grupos de cursos afins, no qual se objetivará:

- a) corrigir as falhas na formação intelectual do aluno, evidenciadas pelo concurso vestibular;
- b) ampliar os conhecimentos básicos necessários aos estudos ulteriores;
- c) propiciar elementos de cultura geral."

O Estatuto repete, com outras palavras, apenas parte do que estabelece o Art. 5º do Decreto-Lei nº 464, omitindo a "orientação para escolha da carreira".

Como é que se explica?

É que a nossa Universidade entrou na reforma depois da Lei nº 5.692/71. E entendemos como revogado o 1º ciclo, em face das características de terminalidade que a nova Lei deu ao ensino de 2º grau.

Que a atitude da UFPr foi legal e correta, verifica-se pelo Parecer nº 1.041-CFE, de 13.04.77, com estas palavras:

A "CLN já reconheceu, nos termos de sua Indicação nº 37/73 (Documenta 153, 191), que o 1º ciclo está hoje esvaziado de seu conteúdo, por absorção deste pela Lei 5.692, de 1971".

Assim, a nossa Universidade não instituiu o ciclo básico.

2. As funções do ciclo básico

E que soluções encontramos para os problemas existentes que o ciclo básico deveria eliminar?

2.1. A 1ª função do ciclo básico: a recuperação.

A recuperação de insuficiências do ensino de 1º e 2º graus.

A solução encontrada foi instituir, no Início de gestão do atual Reitor, antes de se tornar obrigatória, nota mínima em cada prova do concurso vestibular, o que elimina os incapazes de estudos superiores de todos os cursos muitos procurados e reduz o número de classificados nos cursos de pouca demanda, possibilitando melhor atendimento individual àqueles que têm pelo menos condições mínimas, embora nem sempre suficientes.

Contra a idéia de recuperação de insuficiências militam os seguintes argumentos:

I. A procura de cursos superiores pelos vestibulandos é muito maior do que a Universidade pode atender: faz-se a seleção dos mais bem preparados, forçando-se o ensino precedente a buscar maior eficiência.

II. Os males do ensino de 1º e 2º graus devem ser corrigidos nos seus próprios estágios e não nos cursos de graduação; as deficiências de graduação na pós-graduação; as deficiências de pós-graduação no pós-doutorado. É preciso pôr a mão na ferida e curar a doença onde e quando se encontra. Não é solução levar os pacientes e carregar consigo as suas mazelas por períodos sucessivos. É preciso preparar melhor o professorado de 1º e 2º graus, modificando-se sobretudo a metodologia de ensino.

III. Os professores de ensino superior, em sua imensa maioria, exceção! feita aos licenciados, não têm nenhum preparo, nenhum treinamento pedagógico, para lecionar disciplinas correspondentes ao 1º e 2º graus. Como é que poderiam lecionar, neste sentido, em ciclo básico, se não sabem como fazê-lo?

IV. A recuperação se torna praticamente impossível, porque as deficiências são as mais variadas. O exame vestibular não as aponta a todas. A mesma turma teria alunos a serem recuperados em pontos diferentes. O ensino se tornaria ineficiente, obrigando alunos a assistir a aulas de que não teriam necessidade, a aulas que não teriam condições de acompanhar!

por estar faltando base. As perguntas que ficam: Recuperar a quem? Recuperar em quê? Recuperar como? Recuperar onze anos em quanto tempo?

De qualquer forma, a nossa Universidade tem alguma experiência de recuperação. Exemplifico pela disciplina Língua Portuguesa, ou, se preferirem, Comunicação e Expressão:

Os alunos ingressam no curso superior e, após 11 anos de estudos de Português, com raras, raríssimas exceções, não sabem português:

- a) Não sabem utilizar a língua como instrumento de comunicação não sabem escutar; não sabem falar (até há os que se recusam a falar), expor um assunto na frente dos colegas; não sabem ler, entendendo, interpretando um texto; não sabem escrever. Pior do que isso: têm raiva de leitura e ódio de redação. A escola diz que ensina a ler e a escrever. Que ensino é esse que ensina a odiar o que o aluno deveria aprender?
- b) Não sabem utilizar a língua como Instrumento de raciocínio. Não sabem pensar, e os piores resultados se demonstram não nas infelizes provas de memória, mas naquela em que o aluno deve revelar sua capacidade de raciocinar.
- c) Não sabem utilizar-se de variantes, variações da linguagem para se Integrarem a grupos sociais diversos: não sabem utilizar a língua como instrumento de Integração social.

Em resumo, não sabem português. Como recuperar milhares de estudantes naquilo que não aprenderam em onze anos de escola? Em um ano, excelente professor até que realiza pequeno milagre. Mas o departamento não envia seus melhores docentes para a recuperação. Quem o faria? Chamar os professores do ensino primário e médio? De nada adianta; pois, se não ensinaram em onze anos, não vão ensinar em um ano.

Não tem solução o problema. Tem, sim, tem: é adotar outra metodologia de ensino de português, desde a alfabetização. E se corrobora mais uma vez: As falhas do ensino de 1^o e 2^o graus devem ser sanadas na escola primária e de grau médio.

Que resta à Universidade? A solução é detectar as falhas de cada aluno e indicar o que deve estudar e em que livros encontrar o assunto que não domina.

Exemplificando, ainda em Português, em vez de Matemática, Química, Física ou outra disciplina. Um aluno desconhece acentuação, outro não domina o fenômeno da crase, outro erra na divisão silábica, etc... O professor indica onde o aluno pode estudar o assunto. São exemplos corriqueiros de ortografia, mas são os que mais caem na vista, e o aluno pode aprender estudando um pouco e, sobretudo, estando mais atento. Se, porém, não sabe raciocinar ou interpretar um texto, não vai aprendê-lo em um ano, mesmo com o melhor professor.

Como todo professor é professor de língua, pelo menos de linguagem (ensina em português, ensina termos técnicos e científicos, ensina a raciocinar dentro dos novos conhecimentos que o aluno vai adquirindo na respectiva ciência), o aluno há de aprender a dominar melhor a nossa língua, desde que o mestre esteja atento a ensinar novos conhecimentos, novas atitudes e raciocínio, segundo os princípios de sua ciência.

Por esta argumentação, não há sentido no ciclo básico.

2.2. A 2ª função do ciclo básico: Orientação **para** escolha **da** carreira.

Neste caso, não é preciso encontrar solução para a maioria dos estudantes, pois eles já escolheram no vestibular, conscientes, o seu curso. Quando permitíamos livremente a 2ª opção, os classificados na 2ª opção tentavam novo vestibular e, quando alcançavam o seu intuito, abandonavam o curso de 2ª opção.

É insignificante o número de alunos que depois se arrependem da decisão tomada e pretendem ingressar em outro curso. A Universidade atende naqueles cursos em que restam vagas; nos cursos muito concorridos, só há um meio: outro vestibular, já que deve demonstrar sua capacidade de classificação.

2.3. A 3ª função: Realização de estudos básicos para ciclos ulteriores.

Disciplinas básicas

Esta função a UFPr tem cumprido desde a reforma, em maior ou menor grau. Desde 1971, tivemos disciplinas básicas que fundamentavam o estudo das disciplinas profissionalizantes. De uma primeira idéia - ter disciplinas exatamente iguais para cursos diferentes até durante dois anos - evoluímos para disciplinas iguais em ementa, mas diferenciadas nos objetivos, nos programas, no enfoque dos assuntos, na profundidade da matéria e na exemplificação. E começa a predominar a idéia de termos disciplinas diferentes para cursos diferentes, pelo menos tão diferentes que não haja equivalência entre elas.

Da idéia de Anatomia, disciplina comum para todos os cursos interessados — Medicina, Veterinária, Odontologia, Agronomia, Educação Física. Nutrição e Ciências Biológicas - passamos para disciplinas diferentes. Anatomia Geral, Anatomia Médica, Anatomia Veterinária, Anatomia Odontológica, etc, de acordo com as necessidades dos cursos.

Em vez de Resistência dos Materiais, comum a todas as Engenharias, temos agora Resistência dos Materiais A (concreto, laje, vigas) para Engenharia Civil; Resistência dos Materiais B (plásticos, fibras) para Engenharia Química; Resistência dos Materiais C.

Esta atitude não significa que determinadas disciplinas não tenham pontos em comum.

Quais são as causas que levaram a UFPR a mudar?

1ª) O desânimo dos alunos: passaram por um vestibular concorrido e têm a maior expectativa e as melhores esperanças de curso eficiente; mas durante dois anos não sentem nada de sua futura profissão e não sabem por que têm que aprender uma série de noções sem valor para sua vida futura.

2ª) A reforma esfacelou os cursos. Em nosso entender, o currículo deve ser um conjunto coerente que atenda aos objetivos do curso. Entretanto, o colegiado do curso não tem poder nenhum, pois toda a força administrativa e docente foi concentrada nos departamentos. Não adianta o Regimento Geral estabelecer que o colegiado do curso deve definir o horário e o conteúdo programático das disciplinas. Por não ter ação o curso, o departamento decide tudo. A reforma reuniu todas as disciplinas afins no mesmo departamento, que "atende" a todos os cursos. E têm voz ativa os docentes que nada sabem a respeito dos objetivos do curso, tratando igualmente os desiguais sem levar em conta as necessidades de cada curso.

3ª) A falta de integração didática e pedagógica entre as disciplinas. A reforma veio por causa de duas queixas;

a) As faculdades eram estanques e a Universidade apenas um conglomerado muito frouxo de faculdades. Mas a reforma destruiu os cursos, fortalecendo os departamentos. Resultado: piorou a qualidade do ensino.

b) A segunda queixa era dirigida contra as cátedras:

I. **porque o** catedrático tinha todo poder na seleção de seus colaboradores; o recrutamento de sangue novo era prejudicado;

II. porque tinha todo o poder sobre a disciplina ou conjunto de disciplinas.

Aboliu-se a cátedra e se atribuiu todo o poder ao departamento. E tudo piorou. Antes, cada catedrático era um general. E logo se sabia quem era ruim e quem tinha ensino eficiente. Hoje, há muito cacique e pouco índio. As disciplinas continuam ligadas a um professor. E piorou, porque aumentou tremendamente o número de disciplinas e o departamento procura aumentar ainda mais. E cada professor é dono da disciplina. Cada um faz o que quer na sua disciplina, e, no departamento, se aprovam mutuamente os planos de ensino ("Eu aprovo a sua; você, a minha"): falta integração didático-pedagógica. Piorou por falta de hierarquia. Poderá alguém objetar: "Mas existe a figura do chefe do departamento". Sim, por dois anos. E aí do chefe! Depois de dois anos, deixa a chefia... Aí dele se não agradou a todos!... E o departamento fica na mão de grupos; as disciplinas na mão de cada professor. O departamento envia ao curso de Agronomia um botânico que nada sabe de Agronomia e dá apenas uma botânica geral sem interesse algum ao agrônomo; o departamento envia um professor de cálculo que dá o mesmo cálculo de Engenharia, pois não sabe dar um problema de cálculo em assunto de Agronomia; envia um professor de Física, só cheio de teorias e de nenhuma aplicação prática. Não basta procurarmos qualidade de ensino. Que adianta excelente qualidade de ensino, se não visamos aos objetivos do curso? Devemos procurar qualidade de ensino em função dos objetivos de cada curso.

A reforma quis acabar com dois defeitos:

- as faculdades estanques (e criou departamentos estanques, impenetráveis, prejudicando o essencial: os cursos);
- a vitaliciedade e a intocabilidade da cátedra (e criou algo muito pior: os donos intocáveis de disciplinas subdivididas).

Almejando maior racionalidade e economia, a reforma está causando gastos muito maiores: aumentou o número de departamentos; aumentou tremendamente o número de professores, sem haver correspondente aumento de vagas. Aumentaram os gastos, mas não proporcionalmente ao número de alunos; aumentaram as despesas, mas diminuiu a qualidade de ensino.

São estas as causas que nos fizeram introduzir as modificações.

Que dificuldades encontramos?

Exatamente a resistência nos departamentos, com o seguinte falso argumento: "Tenho que dar a ciência toda. Citologia é Citologia. Não posso fracionar a ciência. Por isso, tenho que dar o mesmo programa a cursos diferentes".

Ora, ninguém domina a ciência toda, nem o próprio professor, diante dos avanços diários do conhecimento humano. Nem em curso de pós-graduação se consegue dar a ciência toda.

Qual o resultado?

a) Havendo disciplinas específicas para o curso, sabemos quantos alunos vão precisar da disciplina: o aluno do curso tem garantida a matrícula. Não lhe é rejeitada a inscrição por falta de vagas, por se terem matriculado alunos de outros cursos.

A rematrícula dos alunos passou a ser tranqüila, introduzindo a Universidade a rematrícula automática. Doze cursos já não mais precisam apresentar pedido de inscrição em disciplinas: ela se processa automaticamente no Centro de Computação Eletrônica.

b) Volta a se estabelecer o espírito da turma, que havia desaparecido com a possibilidade de o aluno se matricular em qualquer disciplina. Aos alunos é mais fácil apresentar suas reivindicações concernentes a uma turma, que se sente unida e sente os problemas em comum, do que recorrer a lideranças estudantis estabelecidas entre alunos que mal se conhecem.

c) O aluno começa a sentir o curso desde o começo. Entusiasma-se muito mais e começa a se empenhar desde o princípio: sabe o que estuda e para que estuda.

d) Melhorou a qualidade de ensino, não só por causa de enfoque específico, mas porque não se encontram na mesma turma alunos de Medicina com notas altíssimas no vestibular e alunos de Licenciatura curta em Ciências com notas baixas: as turmas são homogêneas, o que possibilita melhor desempenho do professor.

O ciclo básico era o meio de unir as faculdades em Universidade. Mas essa medida prejudicou os cursos e os alunos, porque agora falta unidade aos cursos pelo fato de cada departamento, ou melhor, cada professor, lecionar o que bem entende.

3. Conclusão

Devemos conservar o que de bom trouxe a reforma, e mudar para melhor aquilo que não nos serve, o que não contribui para a melhoria da qualidade de ensino.

Havendo feito as críticas e demonstrado algumas soluções da UFPr, é preciso indicar o que pode ser retificado:

a) O elemento essencial para a boa qualidade do ensino é o homem. Não adiante ter as melhores condições de ensino, se não houver mentalidade correspondente. Tudo depende, antes de mais nada, do professor: o professor bem qualificado, sobretudo qualificado pedagogicamente. Os cursos de pós-graduação devem ter a disciplina de Didática do Ensino Superior. E todos os que não estudaram didática devem ter um curso de especialização em Didática. Pessoalmente, prefiro o professor que menos sabe, mas sabe dar aulas, ao professor que é grande cientista, mas não sabe comunicar-se com os alunos.

A maioria dos nossos docentes não estudou Didática e nem sabe que o essencial de cada disciplina são os objetivos. A pergunta "De que meu, aluno deve ser capaz" nos leva a descobrir os objetivos do curso, as capacidades, a competência do futuro profissional.